



**FACULDADE VALE DO PAJEÚ
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ALIZÂNGELA LUIZ DE SOUZA
CARMEN VANESSA SOUTO GOMES
LUCIANA GOMES DA SILVA
VERANÚBIA MÁRCIA DE SIQUEIRA OLIVEIRA**

**CONTABILIDADE: FERRAMENTA PARA AUXILIAR OS INVESTIDORES
PESSOA FÍSICA**

**SÃO JOSÉ DO EGITO - PE
2022**

**ALIZÂNGELA LUIZ DE SOUZA
CARMEN VANESSA SOUTO GOMES
LUCIANA GOMES DA SILVA
VERANÚBIA MÁRCIA DE SIQUEIRA OLIVEIRA**

**CONTABILIDADE: FERRAMENTA PARA AUXILIAR OS INVESTIDORES
PESSOA FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Pajeú, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Artigo Científico

Orientador: Prof^a. Esp. Rênya de Cássia Melo Freitas Barros

**SÃO JOSÉ DO EGITO - PE
2022**

**ALIZÂNGELA LUIZ DE SOUZA
CARMEN VANESSA SOUTO GOMES
LUCIANA GOMES DA SILVA
VERANÚBIA MÁRCIA DE SIQUEIRA OLIVEIRA**

**CONTABILIDADE: FERRAMENTA PARA AUXILIAR OS INVESTIDORES
PESSOA FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da
Faculdade Vale do Pajeú, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharelado em Ciências
Contábeis.

Área de concentração: Artigo Científico

Aprovada em: ____ / _____ / _____.

Prof. Esp. Rênya de Cássia Melo Freitas Barros (Orientador)
Faculdade Vale do Pajeú (FVP)

Prof. Esp. Inaldo Patrício de Freitas Severino
Faculdade Vale do Pajeú (FVP)

Prof. Dr. Érico Vinícius Bezerra Leite
Faculdade Vale do Pajeú (FVP)

RESUMO

O presente trabalho busca informações para ajudar as pessoas físicas investidoras identificar a rentabilidade de investimentos financeiros. A grande maioria desses perfis de investidores pessoa física não procuram informações sobre os tipos de aplicações financeiras, investem mais na caderneta de poupança, uma grande parte não possui conhecimento por outros tipos de investimentos. São várias modalidades de aplicações financeiras em renda fixa e variável direcionadas às pessoas físicas. Algumas como caderneta de poupança, ações, RDB, CDB, etc. Sendo que, a caderneta de poupança é a aplicação mais popular no Brasil, devido sua praticidade, podendo aplicar qualquer valor que se tenha disponível, também tem a vantagem da isenção do Imposto de Renda. No mercado financeiro, existem inúmeras possibilidades de investimento financeiro, de curto, médio e longo prazo. Este artigo tem o objetivo de evidenciar a importância da utilização da contabilidade como ferramenta e instrumento de gestão de investimento voltada às pessoas físicas, com a intenção de desenvolver um planejamento financeiro eficiente, buscando a estabilidade e mais retornos financeiros. Neste cenário, a educação financeira é um processo fundamental de desenvolvimento das economias, como também o planejamento financeiro, e não serve apenas para as empresas como também para as pessoas físicas, trazendo o equilíbrio em direcionar os recursos para contrapesar os gastos e as reservas. Os controles contábeis auxiliam na administração de suas receitas e no controle de gastos pessoais. Essas ferramentas contábeis ajudam nas decisões entre poupar e investir de uma forma mais consciente, a falta do controle financeiro é o grande causador do endividamento das famílias.

Palavras-chave: Mercado Financeiro. Controles Contábeis. Sistema Financeiro Nacional. Investidores Pessoa Física. Educação Financeira.

ABSTRACT

The present work seeks information to help individual investors identify the profitability of financial investments. The vast majority of these individual investor profiles do not seek information on the types of financial investments, they invest more in savings accounts, a large part is not aware of other types of investments. There are several types of financial investments in fixed and variable income aimed at individuals. Some such as savings accounts, shares, RDB, CDB, etc. Since the savings account is the most popular application in Brazil, due to its practicality, being able to apply any amount that is available, it also has the advantage of exemption from Income Tax. In the financial market, there are numerous possibilities for short, medium and long term financial investment. This article aims to highlight the importance of using accounting as a tool and instrument for investment management aimed at individuals, with the intention of developing efficient financial planning, seeking stability and more financial returns. In this scenario, financial education is a fundamental process for the development of economies, as well as financial planning, and is not only for companies but also for individuals, bringing balance in directing resources to balance expenses and reserves. Accounting controls help you manage your income and control your personal expenses. These accounting tools help in decisions between saving and investing in a more conscious way, lack of financial control is the main cause of family indebtedness.

Keywords: Financial Market. Accounting Controls. National Financial System. Individual Investors. Financial education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	REFERENCIAL TEÓRICO	08
2.1	Sistema Financeiro Nacional	08
2.1.1	<i>Conselho Monetário Nacional.....</i>	09
2.2	Educação Financeira	10
2.3	Investimento e tipos de investimentos.....	12
2.4	Demonstrações Contábeis.....	15
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
	REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade sendo utilizada como instrumento de gerenciamento do Patrimônio e fornecimento de informações pode auxiliar os investidores pessoa física a conhecer a realidade dos ativos financeiros que estão adquirindo, assim possibilita conhecer os ativos, a situação econômica e financeira que a instituição comercializa. É através das demonstrações contábeis que os investidores podem ser capazes de analisar os produtos que estão adquirindo, como os riscos que os mesmos oferecem para um melhor esclarecimento sobre as aplicações financeiras, utilizando a contabilidade como instrumento de gestão de investimento com mais segurança, minimizando os riscos para que obtenham maior rentabilidade nos seus investimentos.

São duas leis que regem o nosso atual Sistema Financeiro Nacional, a Lei 4.595/64 (Lei da reforma bancária, 31/12/64) que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, e a Lei 4.728/65 (Lei do Mercado de Capitais, 14/07/65) que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) controla e regulamenta todo o funcionamento do mercado financeiro e de capitais por meio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e seus subordinados: Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (PORTO, 2015).

O Mercado Financeiro do Brasil é regido pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN), que possui uma estrutura transparente de recursos entre os agentes que a compõem. Sendo que, a maioria dos investidores tem dúvidas de como investir seu dinheiro e onde investir e como conseguir ter retorno sobre esses investimentos. Por isso, é importante entender como o mercado financeiro funciona e quais os principais ativos que comercializa.

Conforme (Porto, 2015), é importante ter o entendimento entre a diferença de poupança e investimento para se tornar investidor. De acordo com o pensamento do autor ressalta que poupança é a quantia da renda que não foi consumida, enquanto investimento é a aplicação de recursos poupados com intuito de obter ganhos posteriores.

Neste contexto, a questão é trazer mais conhecimentos para pessoa física sobre os tipos de aplicações financeiras disponíveis no mercado, ou seja, os investimentos mais populares de renda fixa e variável, despertar a curiosidade para os investidores pessoa física, até mesmo que não investe procure conhecer as opções que o mercado tem a oferecer.

A contabilidade também é a linguagem dos negócios, por isso é importante conhecer a contabilidade básica, implementar profissionalmente os conhecimentos contábeis na vida

profissional, sem precisar ser um expert na área, mas simplesmente conhecer sobre os resultados para que possa tomar as melhores decisões sobre os investimentos, como por exemplo: o que é crescimento de receita, o que é crescimento de Ebitda, de que forma analisar ao investir a longo prazo na bolsa ou em boas empresas ao longo prazo.

As empresas de capital aberto tem obrigação de informar as demonstrações financeiras das empresas que são importantes para manter a relação com o investidor, ajudando na estratégia de longo prazo, como por exemplo o balanço patrimonial e o resultado do exercício. As informações trimestrais são entregues até 45 dias após o término do trimestre do exercício social. Sendo assim, as empresas relatam o lucro ou prejuízo apurado no período.

A principal motivação para sustentar o presente projeto de pesquisa, reside na importância que o tema possui que é auxiliar o investidor pessoa física. Podemos afirmar que estudar as demonstrações contábeis promove a compreensão de novas possibilidades de investimentos, através das informações contidas na contabilidade sendo utilizada como instrumento de gestão de investimento. No mais, visa demonstrar a contabilidade aos investidores como instrumento de fornecimento de informações que possibilite maior compreensão dos ativos financeiros que estão adquirindo, bem como compreender e conhecer a instituição financeira que comercializa estes ativos.

Este estudo tem o intuito de ajudar os investidores de pessoa física de como desenvolver suas análises de investimento no mercado de capitais, obtendo noções básicas de leitura e interpretação de documentos financeiros como: Balanços Patrimoniais (BP), Demonstrações de Resultados (DRE) e Demonstrações de Fluxos de Caixas (DFC).

Interessa-nos saber, nesse contexto: como o uso da contabilidade na gestão de investimento possibilita o entendimento do mercado financeiro para o perfil do investidor pessoa física?

Objetivou-se com esse trabalho apresentar a contabilidade como instrumento de gestão de investimentos voltada às pessoas físicas e sua importância no mercado financeiro, apresentando as informações sobre os tipos de aplicações financeiras, bem como expondo os aspectos gerais do mercado financeiro, e assim demonstrando a importância dos controles contábeis e do planejamento financeiro.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, que teve como fonte de pesquisa materiais impressos, revistas, livros, artigos científicos, blogs, sites relacionados a economia. Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 17), a metodologia nasce da concepção sobre o que pode ser realizado e a partir da “tomada de decisão fundamenta-se naquilo que se afigura como lógico, racional, eficiente e eficaz”. Segundo Michel (2015), diz que:

A pesquisa bibliográfica visa explicar um determinado assunto por meio de referências teóricas existentes em outros estudos feitos anteriormente com o seu propósito principal que é coletar informações e fornecer o subsídio necessário à definição, discussão e interpretação (MICHEL, 2015).

Este artigo está estruturado em quatro seções que englobam o contexto histórico do Sistema Financeiro Nacional (SFN), bem como seu principal órgão normativo o Conselho Monetário Nacional (CMN), ressaltando a importância da Educação Financeira para compreender os tipos de investimento promovendo melhor entendimento para a pessoa física, considerando a confiabilidade nas demonstrações contábeis que proporciona a alocação de recursos e conseqüentemente a redução de riscos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As teorias que direcionam a pesquisa e que embasam o desenvolvimento deste trabalho, será apresentada seguindo a linha de pensamento de alguns autores. Entre eles, se destacam Porto, Marion e Assaf Neto, que possuem referências bibliográficas com temáticas transversais que dialogam entre si, com o intuito de trazer mais veracidade e consistência ao que será abordado.

2.1 Sistema Financeiro Nacional

Historicamente, o Sistema Financeiro Nacional ou SFN começou a se formar com a chegada da família Real em 1808. Marcou a criação do primeiro Banco do Brasil, instituição pública que passou por diversas fases por meio de um alvará do Príncipe regente D. João, em 12 de Outubro de 1808, encerrou suas atividades em 1829.

Em 1838, surgiu a primeira instituição bancária privada do país, o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Irineu Evangelista de Souza (O Barão e Visconde de Mauá) pelo decreto nº 801 de 02 de agosto de 1851, deu origem a uma nova instituição financeira (terceiro Banco do Brasil). Em 1853, o quarto Banco do Brasil (Visconde de Itaboraí), considerado hoje o verdadeiro fundador do Banco do Brasil. Em 1906 através de fusões: Banco do Brasil de 1853 e Banco da República do Brasil (Decreto nº 1455 de 30 de dezembro de 1905) é a origem atual do Banco do Brasil. Em 1920, foi criado o primeiro órgão fiscalizador dos bancos (Inspeção Geral dos Bancos). Em 1934, foram criadas as Caixas Econômicas Federais que existem até hoje. Em 1964, foi criado o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil por meio da Lei 4.595 de 31 de dezembro do mesmo ano. A Constituição de 1988 busca

estruturar o Sistema Financeiro Nacional de forma a promover o desenvolvimento e equilíbrio do país e a servir ao interesse da coletividade e a estabilidade econômica, dão nova cara ao Sistema Financeiro Nacional. Mercados como o da previdência privada passam a ganhar musculatura e exigir atenção. Surge em 1997 uma entidade muito importante para o contexto financeiro: Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (ANBID) que deixou de existir em 2009 quando se fundiu com a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA).

Atualmente, na composição do Sistema Financeiro Nacional, o mercado conta com os seguintes Órgãos Normativos: O Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPQ). Os órgãos supervisores: Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Há também participação dos bancos de investimento, Cooperativas de Crédito entre outras instituições.

O mercado financeiro nacional conseguiu evoluir e contou com uma grande popularização ocorrida nos últimos anos, a qual leva cada vez mais brasileiros aos investimentos e profissionais às carreiras relacionadas ao setor.

É perceptível que, sempre haverá correções e criações de medidas para ajustar o Sistema Financeiro Nacional à medida que surgem novos fatores e crises econômicas. Assim, é preciso acompanhar todas as mudanças para que seja possível se adaptar às novas regras do mercado financeiro.

2.1.1 Conselho Monetário Nacional

É essencial compreender os agentes do Sistema Financeiro Nacional, principalmente o Conselho Monetário Nacional que é o mais importante deles, entender seu papel e seu funcionamento. Neste sentido, o Conselho Monetário Nacional é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional, sendo composto pelo Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento e pelo Presidente do Banco Central do Brasil, que desenvolve a política da moeda e do crédito com o intuito de fortalecer o desenvolvimento econômico e social do país.

Conforme o Art. 3º da Lei 4.595/64, a política do CMN tem o objetivo de orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras e

coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

Mensalmente são realizadas reuniões com os membros do conselho para discutir e deliberar sobre temas relevantes que possam interferir na política econômica e tendências do mercado relacionadas às competências do mesmo as quais são regulamentadas através de resoluções, por ter o papel de regulamentar todas as instituições financeiras, o CMN está acima de outros órgãos, como o Banco Central.

É o Conselho Monetário Nacional quem divulga através do Diário Oficial da União as regras gerais que todas as empresas e instituições que atuam no sistema financeiro devem cumprir.

Vale salientar que o CMN é um órgão deliberativo, é ele quem cria normas e regulações. Os órgãos reguladores como Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) têm a responsabilidade de executar e fiscalizar o cumprimento das normas.

Dentre os órgãos ligados ao Conselho Monetário Nacional, estão o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (COMOC), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes órgãos são controlados pelo Conselho Monetário Nacional e atuam em conjunto para garantir o bom funcionamento do sistema.

Por regular toda a atividade financeira no Brasil, o Conselho Monetário Nacional pode interferir nos investimentos. Este órgão estimula os investimentos uma vez que cria regras sobre os juros a serem pagos, regulamenta a padronização da relação entre as Instituições Financeiras e o investidor, evitando abusos por parte destas e propiciando melhores condições de investimentos.

2.2 Educação Financeira

A Educação Financeira baseia-se em lidar com as situações complexas das questões financeiras e seus variados produtos, uma vez que, a decisão de investir é cada vez mais difícil pela população em geral, mas quando o quesito é investir, a educação financeira influencia nas decisões, tanto de consumo como de investimento, e endividamento. A falta de conhecimento seria um fator determinante para a tomada de decisão não otimizada.

Considerando os diversos produtos financeiros (cheque especial, cartão de crédito, financiamentos, crédito direto ao consumidor, poupança, fundos de investimentos, etc.), são inúmeras opções que as pessoas precisam conhecer antes de tomar decisões, e se fazer as perguntas sobre poupar, como poupar, sobre investir e como investir. Principalmente, quando se pensa em um projeto a longo prazo, como uma aposentadoria tranquila ou um negócio próprio.

Em relação aos investimentos como pessoa física, cabe a cada indivíduo buscar as melhores opções, e conhecer os produtos que o mercado financeiro oferece, ficar atento sobre as taxas de retorno, períodos de carência, quantia mínima para se fazer o investimento. Esses são alguns pontos primordiais para adquirir um bem ou serviço que possa prosperar e dar um retorno satisfatório.

As decisões de natureza financeira de um modo geral, afetam diretamente as vidas das pessoas, ao decidirem fazer um investimento com maior rentabilidade, assumem maiores riscos, sendo que, a maioria prefere investir em produtos conservadores, por exemplo: a caderneta de poupança, por possuir menores riscos, porém terão menos rentabilidade. Entretanto, é fato que a decisão de que tipo de investimento fazer tem preço na escolha, por isso, é importante conhecer alguns conceitos, como do valor do dinheiro no tempo, do fluxo de caixa, custo de oportunidade e riscos.

De acordo com Greenspan (2002, p. 2), a Educação Financeira destaca o que pode ser útil aos indivíduos no sentido de:

[...] dotar os indivíduos com conhecimento financeiro necessário para elaborar orçamentos, iniciar planos de poupança, e fazer investimentos estratégicos auxiliando nas tomadas de decisões. O planejamento financeiro pode ajudar as famílias a cumprirem suas obrigações a curto prazo e a longo prazo, e maximizar seu bem estar e é especialmente importante para as populações que têm sido tradicionalmente sub-atendidas pelo nosso sistema financeiro (GREENSPAN 2002, p. 2).

Diferentemente de outros países, no Brasil não se aplica, nem se ensina a educação financeira nas instituições de ensino, tornando-se uma área carente de estudos. Ainda não é priorizado nenhum conhecimento deste aspecto, dificultando a compreensão para a grande maioria da sociedade, como os termos financeiros, noções de taxa de juros, parcelamento de débitos.

As famílias de todo tipo de renda procuram suprir suas necessidades básicas, por exemplo: alimentação, educar os filhos, comprar a casa própria, e planejar o futuro familiar, entre outras.

O objetivo da educação financeira é fazer com que as famílias, mesmo as mais necessitadas, procurem um jeito de poupar, gastar com cautela, para isso precisam ter acesso às informações, desenvolver habilidades para que possa comparar as possibilidades ao seu alcance com a objetivo de melhorar o bem-estar e a qualidade de vida, bem como determinar a capacidade de endividamento. Pessoas mais instruídas (alfabetizadas financeiramente), fortalecem a economia, visando o crescimento financeiro.

2.3 Investimento e tipos de investimentos

Um investimento pode ser designado como uma proposta de aplicação de recursos escassos que possuem aplicações alternativas a um negócio, como também um sacrifício feito no momento para obtenção de um benefício futuro (REMER; NIETO, 1995).

Um projeto de investimento deve passar por um processo criterioso de análise econômica, com a finalidade de prevenir prejuízos e obter lucros, com propósito de transformar capital em ativos financeiros, tais como: ações, moedas, títulos públicos ou privados.

A necessidade de conhecer o sistema financeiro se explica pela importância que exerce na economia de um país, é composto por um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas, e o órgão normativo máximo nacional é identificado pela sigla (CMN), que significa Conselho Monetário Nacional, que importa a relação entre agentes carentes de recursos para investimentos e os que possuem capacidade de gerar poupança, favorecendo o crescimento da economia.

De acordo com Assaf Neto (2015, p. 69):

Todo processo de desenvolvimento de uma economia exige a participação crescente de capitais, que são identificados por meio da poupança disponível em poder dos agentes econômicos e direcionados para os setores produtivos carentes de recursos mediante intermediários e instrumentos financeiros. E é em função desse processo de distribuição de recursos no mercado que se evidencia a função econômica e social do sistema financeiro (ASSAF NETO, 2015, p. 69).

No processo produtivo da economia estão os agentes produtivos, a renda é um exemplo desses agentes que representam a remuneração, principalmente as receitas em dinheiro como salários recebidos, juros sobre empréstimos, lucros sobre capital investido, aluguéis, etc.

A renda apresenta-se em diversos tipos, internas e nacionais, considerando como renda interna como o produto interno da economia, e a nacional como o somatório de todas as rendas recebidas pelos indivíduos de um país originadas das operações produtivas.

O investimento é a ampliação de capital que promove o aumento da capacidade produtiva de um país, tendo como conceito em uma economia que está diretamente relacionada à criação de riquezas. A poupança é a parcela da renda economizada pelos agentes econômicos que não foi consumida na aquisição de bens e serviços.

Os produtos financeiros podem ser classificados como ativos ou passivos. Os passivos têm como finalidade o controle da liquidez da economia, esses títulos podem ser transformados em dinheiro a curto prazo, os produtos dessa categoria são: certificado de depósito bancário (CDB); poupança, letra de crédito do Agronegócio. Os ativos são recursos direcionados e livres. Os seus emissores podem ser emissores públicos ou privados e têm como finalidade a captação bancária, os produtos dessa categoria são: desconto de duplicatas, vendor, financiamento ao capital de giro e cartão de crédito.

Os produtos oferecidos diretamente para os investidores de pessoa física são: Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Recibo de Depósito Bancário (RDB) e Caderneta de Poupança (CAVALCANTE, et al., 2009).

A poupança é a modalidade mais simples e popular no Brasil, uma das opções mais conservadoras e com baixo risco de investimento, além de exigir um baixo valor de investimento, tem liquidez diária (apesar de haver a perda de rentabilidade quando os saques são feitos fora da data de aniversário), isenção de impostos para pessoa física e garantia dentro das normas do FGC.

Outra modalidade são os títulos públicos que são comercializados pelo poder público. Os títulos públicos possuem três esferas (Federal, Estadual e Municipal). No entanto, os que são comercializados no mercado financeiro são os federais, cuja responsabilidade é do Tesouro Nacional, a distribuição fica a cargo do Banco Central do Brasil, é de fácil acesso inclusive para pessoas físicas com possuem disponibilidades de recursos.

Os debêntures são títulos representativos de dívidas que são negociados no mercado financeiro. Os investidores desses produtores tornam-se co-proprietários da companhia a que estão adquirindo as participações. As principais modalidades de investimento dessa categoria são: Ações e Debêntures. São emitidos por SA (Sociedades Anônimas) de acesso fechado ou aberto, mas o público só tem acesso aos títulos emitidos pelo capital aberto. O rendimento dos Debêntures variam de acordo com formato da rentabilidade sendo assim: prefixada (pagamento percentual de juros anuais definidos antes da compra), pós fixado (que não é possível conhecer o rendimento da aplicação no momento da aquisição do título) e por último o híbrido (títulos junto ao indexador e taxa de fixos).

Baseado no citado acima as espécies e garantias são realizadas em dois aspectos muito importantes: garantia real (quando oferece os bens da empresa como garantia de pagamento) e garantia fluante (quando a prioridade em relação a outros credores de caso de falência da empresa emissora).

Entende-se que, os instrumentos que a empresa viabiliza para captar recursos junto a terceiros é mais vantajoso do que a obtenção de empréstimos. Essas operações feitas por pessoas físicas que envolvem compra e venda de ativos devem ser realizadas mediante a abertura de conta nas Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários.

Fundos de Investimentos é uma alternativa para os investidores, onde reúnem recursos de diversas pessoas que tenham interesse em aplicar seus recursos em conjunto no mercado financeiro e de capitais. Os ganhos para essa modalidade de investimento são divididos entre os participantes, na proporção depositado por cada um deles.

Dessa forma, compreende-se que o fundo de investimento possibilita a aplicação coletiva de recursos dos indivíduos as quais ele participa, uma espécie de condomínio de investidores. Os participantes do fundo de investimento são chamados de cotistas, são regidos por assembleia geral dos cotistas, e fiscalizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em conjunto com o Banco Central.

No Brasil, a caderneta de poupança é o tipo de poupar mais antigo, desde 1861, por Dom Pedro II, e de forma simples e rápida que pode ser realizada diretamente no caixa eletrônico.

Desde então, baseado em pesquisas pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (PC Brasil), mostra que 65% das pessoas optam por poupança.

Muitas mudanças ocorreram até hoje, incluindo a variação da taxa Selic que desde 2019 atingiu o menor gráfico em 4,5%, sendo assim, a caderneta de poupança é menos vantajosa em comparação a outros produtos financeiros.

A liquidez da caderneta de poupança possui uma alta liquidez com mais facilidade por que os clientes têm acesso ao valor a qualquer momento, no entanto retirando antes do prazo de 30 dias não terá retorno de acréscimos.

CDB (Certificado de depósito bancário) é um investimento de forma segura e com estabilidade para quem está começando nessa área, no qual traz também vantagens, menos riscos do que outros investimentos, para isso é preciso ter uma renda fixa.

Os bancos emitem títulos que asseguram os rendimentos dos clientes como forma de empréstimos para as instituições financeiras que rendem juros. O cliente busca investir na

melhor instituição financeira que vai lhe oferecer a aplicação em que se enquadre de acordo com o seu perfil, resultando a promessa de um bom rendimento em juros até um determinado prazo.

Ao aplicar no CDB, é preciso entender todos os detalhes na hora da aplicação, porque há um prazo mínimo para deixar o dinheiro rendendo antes de realizar o resgate, dependendo de cada banco, porém, geralmente varia de 2 a 5 anos, mas também tem a opção de retirar a qualquer momento com as desvantagens de acordo com a instituição financeira escolhida.

Existem dois tipos de CDBs: CDB com juros prefixados é aquele que ao comprar o título já se sabe o seu rendimento no final. Já o CDB com juros pós-fixados, os juros variam dos indicadores econômicos. Sobre os impostos sobre o CDB existe sim, um deles é o IR (imposto de renda) que a cobrança é realizada de acordo com o que o governo estipula.

Outro ponto também que terá como base é o tempo em que o dinheiro fica investido na instituição. Outro imposto cobrado é o IOF (Imposto sobre operação financeira), mas só é cobrado quando o dinheiro investido é retirado antes de completar seus 30 dias de aplicação.

O Recibo de Depósito Bancário (RDB), é o tipo de investimento com prazo de vencimento pré-definido e renda fixa privada no ato de sua emissão, nesse tipo de investimento, os investidores fazem o empréstimo a instituições financeiras. O valor aplicado (emprestado) pelo investidor ao final do prazo contratado será acrescido da remuneração prevista. Por ser um título intransferível e inegociável, o RDB só pode ser resgatado após o prazo de vencimento, não existindo a opção de negociar a aplicação a qualquer momento.

O RDB pode ser emitido por bancos comerciais, por sociedades de crédito e financiamento e por Cooperativas. O Recibo de Depósito Bancário é garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), e em caso de falência haverá a restituição de até R\$ 250 mil por CPF e por emissor, até um limite global de R\$ 1 milhão a cada 4 anos. Por ser um investimento de baixo risco, é o mais escolhido pelos investidores conservadores. Possui um rendimento superior ao da poupança, onde os rendimentos são de acordo com o valor e o prazo da aplicação. A rentabilidade pode ser prefixada (rendimento informado no momento da aplicação), pós-fixado (rendimento é calculado no resgate da aplicação) e mista ou híbrida (quando o rendimento tem um indexador (como o IPCA) somado a uma determinada taxa fixa). Vale ressaltar que é um investimento de baixa liquidez, dessa forma se o investidor desejar resgatar de forma rápida, esse não é um tipo de investimento indicado.

2.4 Demonstrações Contábeis

A contabilidade é a linguagem dos negócios, é importante conhecer a contabilidade básica, implementar profissionalmente na carreira os conhecimentos contábeis na vida profissional, sem precisar ser um expert em contabilidade. Porém, é necessário conhecer os resultados das empresas, o que a empresa está falando para que possa tomar as melhores decisões sobre investimentos, como o crescimento de receita e de Ebitda.

No processo de tomada de decisões financeiras, Braga (1995), descreve que devem ser analisadas as seguintes dimensões: a liquidez, a rentabilidade e o risco. Portanto, a maximização de riquezas dos proprietários envolve algo a mais que a obtenção do maior lucro dentro do menor prazo possível.

As demonstrações financeiras ou contábeis servem para todo corpo da empresa: sejam administradores, diretores, membros do conselho, e todo corpo gerencial, estão previstas na Lei nº 11.638/07, algumas chamadas de Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado (MARION, 2015).

Empresas de capital usam os relatórios para se comunicar com os acionistas. É importante saber ler o que a empresa está falando para você, quanto distribuição de dividendos, como ela reinvestiu. Tudo isso pode ser observado pelas demonstrações contábeis ou financeiras.

Empresas de capital aberto têm obrigatoriedade de informar as demonstrações financeiras trimestralmente, (ITR) Informe trimestral simplificado e não auditado, seguindo a padronização contábil. A maioria das empresas da bolsa fazem o relatório gerencial e divulgam junto com os relatórios trimestrais. Estes dois documentos são encontrados no site de relacionamento com investidores das empresas que são listadas na bolsa, podendo ser consumidas todas as informações que são divulgadas no mercado. Divulgações financeiras como: a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício); BP (Balanço Patrimonial); DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa); DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido); DVA (Demonstração do valor adicionado).

Segundo Marion (2015, p.30) “A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões [...]”. Sendo assim, a contabilidade é importante para a tomada de decisões e os conhecimentos eficazes aos investidores de pessoa física, auxiliando na gestão dos recursos aplicados como também na compreensão dos produtos financeiros, podendo ser adotado pelo investidor de pessoa física, possibilitando planejar a curto e longo prazo suas metas e objetivos, interpretar os resultados financeiros por meio da controladoria e permitindo analisar os riscos assumidos pelas aplicações.

De acordo com Neto (2014, p.82)

O mercado de capitais assume papel dos mais relevantes no processo de desenvolvimento econômico. É o grande municiador de recursos permanentes para a economia, em virtude da ligação que efetua entre os que têm capacidade de poupança, ou seja, os investidores, e aqueles carentes de recursos de longo prazo, ou seja, que apresentam déficit de investimento (NETO 2014, p.82).

A contabilidade tem um importante papel em relação ao mercado financeiro, é fundamental para que se garanta a ordem econômica, bem como integridade no mercado de capitais, auxiliando o investidor em relação aos riscos e vantagens que envolvem os investimentos. Muitos dos participantes do mercado de capitais utilizam as informações da contabilidade financeira no mercado de capitais para tomarem as decisões sobre os investimentos.

Diante disso, o objetivo de investigar a contabilidade como instrumento de gerenciamento de patrimônio e a sua importância no mercado financeiro para que os investidores de pessoa física, é que assegurem o capital investido, utilizando das informações contábeis para a tomada de decisão, de modo que, essas informações garantam o objetivo econômico-financeiro dos indivíduos que possuem interesse no mercado financeiro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente discussão do resultado buscou contextualizar a importância da educação financeira. Para Miranda (2013, p.4) a educação financeira pode ser vista como um conjunto de informações que:

Ajudam as pessoas a lidarem com suas finanças, com a gestão adequada do dinheiro e com despesas e gastos em geral, melhorando a qualidade do consumo de quem a utiliza. A educação financeira reflete na administração das rendas e o controle do que se ganha com o que se gasta tem grande relevância para o equilíbrio financeiro e crescimento econômico e por isso é necessário que se utilize o planejamento financeiro (MIRANDA, 2013, p.4).

Especialistas defendem que a Educação Financeira seja disciplina a ser trabalhada nas escolas. Educar a população a fim de aumentar o nível de conhecimento com mais eficiência para tomada de decisão, como também aprender a gerir suas finanças com mais eficácia para atingir metas e objetivos.

Dessa forma, para se ter controle da vida financeira Frankenberg (2008, p.7), observa que é preciso que os indivíduos realizem um orçamento financeiro, pois é;

Por meio do orçamento financeiro escrito e organizado pode-se obter um planejamento financeiro satisfatório, onde é possível identificar oportunidades e dificuldades e definir estratégias para enfrentar cada situação. Planejamento financeiro vai muito além do controle das despesas, envolve controle de gastos, definição e revisão periódica de metas,

investimentos e avaliação dos progressos que estão sendo feitos, deve ser elaborado a curto, médio e longo prazo, sendo flexível e alterado de acordo com os objetivos e expectativas de cada pessoa (FRANKENBERG 2008, p.7).

A maioria da população não consegue ter um equilíbrio com suas despesas, é importante observar gastos desnecessários e fazer um planejamento financeiro, evitar o descontrole e não gastar o dinheiro desordenadamente, que por muitas vezes leva o indivíduo ao endividamento.

Conforme Marion, (2009, p. 25):

“A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões (MARION, 2009, p 25).”

Entende-se que a contabilidade é bastante eficaz aos investidores de pessoa física. A partir das demonstrações contábeis, é possível dizer que as informações são capazes de auxiliar na gestão dos recursos aplicados, bem como na compreensão dos aspectos econômicos dos produtos financeiros, podendo observar os valores envolvidos, desde o investimento inicial como o potencial de retorno do ativo financeiro adquirido.

Através das demonstrações contábeis, como exemplo: o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), é possível que o investidor possa ver a realidade econômica e a capacidade de retorno em que está aplicando seu capital, ou seja, o investidor pode avaliar suas decisões de investimento com base em relatórios contábeis, bem como analisar o potencial que a entidade possui de gerar e distribuir recursos. Conforme definição do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis 26.

O objetivo das demonstrações contábeis é o de fornecer informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.

Partindo da interpretação das bibliografias apresentadas ao longo do desenvolvimento deste artigo, considerou-se apresentar como a contabilidade pode auxiliar os investidores na gestão de uma carteira de investimento, de acordo com as considerações dos autores que trataram essa abordagem, que teve por finalidade a exposição dos temas relacionados com o mercado financeiro e a contabilidade.

Os resultados obtidos e descritos neste artigo foram baseados em pesquisas bibliográficas, visam a importância e conhecimento das demonstrações contábeis para ajudar os investidores pessoa física, foram também recolhidas as informações do Sistema Financeiro

Nacional, da Educação Financeira, do Conselho Monetário Nacional, dos Tipos de Investimentos, entre outros temas. Todas foram trabalhadas com intuito de apresentar e contextualizar a importância da gestão do dinheiro e do planejamento financeiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este tema vem proporcionar aos investidores pessoa física conhecer o mercado financeiro e a relação com a contabilidade de forma clara e objetiva, evidenciando as informações contábeis como instrumento de melhor compreensão na interação com o mercado financeiro para uma tomada de decisão.

As informações apresentadas nas demonstrações contábeis são de extrema relevância, principalmente para as análises de riscos, possibilitam um melhor entendimento e visibilidade da capacidade que os produtos financeiros comercializados possuem na geração de rendimentos.

É importante que esses investidores possam ter uma orientação quanto aos riscos assumidos, baseados nas demonstrações contábeis divulgadas das Instituições Financeiras, auxiliando na tomada de decisão, permitindo analisar as aplicações de recursos em produtos que tenham maior rentabilidade.

Neste contexto, as informações contábeis vêm agregar a possibilidade de oferecer aos investidores a compreensão das informações contidas nas demonstrações, como por exemplo: a DRE, balanço patrimonial, demonstrações de fluxo de caixa, e demonstração do valor adicionado.

A análise financeira dos demonstrativos contábeis é uma forma de acompanhar o desenvolvimento e desempenho de uma companhia, que permite obter um diagnóstico da situação econômica e financeira de uma organização, é essencial a utilização das informações, que através desse recurso possibilita visualizar alguns indicadores, a fim de observar os possíveis riscos envolvidos nas aplicações e as decisões de investimento em busca de maiores retornos financeiros.

O conhecimento de todas as análises e da variação da economia traz consigo um aprendizado, viabilizando o caminho certo para a tomada de decisão e evidenciando a importância do processo educativo em relação à economia não só para o investidor pessoa física como também para as instituições. A educação financeira impacta diretamente nas decisões de consumo da sociedade, o que leva ao desempenho positivo quando se utiliza escolhas corretas. A estratégia de investir e traçar objetivos a longo prazo com determinação e veracidade se

resulta em realizar os sonhos, adquirir uma trajetória rumo ao sucesso e conseqüentemente estando mais fortalecido para continuar expandindo seus investimentos, possibilitando que os rendimentos cresçam como um instrumento de proteção financeira.

REFERÊNCIAS

BTGPACTUALDIGITAL. DEBÊNTURE: O QUE É, COMO FUNCIONA, VANTAGENS E COMO INVESTIR. Disponível em: <<https://www.btgpactualdigital.com/como-investir/artigos/investimentos/debenture-o-que-e-como-funciona-vantagens-e-como-investir>>. Acesso em: 23, out de 2022.

BTGPACTUALDIGITAL. O QUE É RECIBO DE DEPÓSITO BANCÁRIO (RDB)? Disponível em: <<https://www.btgpactualdigital.com/como-investir/artigos/coluna-andre-bona/o-que-e-recibo-de-deposito-bancario-rdb>? >. Acesso em: 23, out de 2022.

CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio; RUDGE, Luiz Fernando. Mercado de capitais: o que é, como funciona. - 7. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis, 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>>. Acesso em: 13, nov. 2022.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL - CMN. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Disponível em: <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/cmn>>. Acesso em: 22, out de 2022.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E DECISÕES DE CONSUMO, INVESTIMENTO E POUPANÇA: UMA ANÁLISE DOS ALUNOS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO NORTE DO PARANÁ. DOI: 10.15600/1679-5350/RAU.V9N3P61-86. Disponível em: <<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/rau/article/view/345>>. Acesso em: 23, out de 2022.

EXPERT. O QUE É CMN (CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL) E COMO ELE FUNCIONA. Disponível em: <<https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/cmn/>>. Acesso em: 22 de out de 2022.

GREENSPAN, A. Financial Literacy: A Tool for Economic Progress. The Futurist, v. 36, n. 4, p. 2, July-Aug. 2002.

FRANKENBERG, Louis. Seu futuro financeiro, você é o maior responsável: como planejar suas 363 Revista Humanidades e Inovação v.4, n. 5 - 2017 finanças pessoais para toda a vida. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

HISTORICO DA INSTITUIÇÃO: PERFIL COORPORATIVO. Disponível em: <<https://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2010/port/ra/02.htm#:~:text=Fundado%20em%2012%20de%20outubro,hist%C3%B3ria%20e%20da%20cultura%20nacionais>>. Acesso em: 22, out. de 2022.

INVESTIMENTO FINANCEIRO: ANÁLISE DO PERFIL DO INVESTIDOR PESSOA FÍSICA. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/19614>. Acesso em: 29, março de 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa/pesquisa bibliográfica/teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. - 8. ed. - São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 272 p.

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 280 p.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. - 3.ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

MIRANDA, M. O. R. A educação financeira e sua influência no planejamento de finanças pessoais dos alunos da fatecs do uniceub. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/4971/1/20953505.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

NETO, Alexandre Assaf. Mercado Financeiro. - 12. ed. - São Paulo: Atlas, 2014.

NETO, Alexandre Assaf. Mercado Financeiro. - 13. ed. - São Paulo: Atlas, 2015.

PORTO, José Maria. Manual dos mercados financeiros e de capitais. - São Paulo: Atlas, 2015.

REMER, D. S. & NIETO, A. P. A compendium and comparison of 25 project evaluation techniques. Part 1: Net present value and rate of return methods. International Journal of Production Economics, v. 42, n. 1, 1995, pp. 79-96.